

[SOLUÇÃO – Prefeitura precisa quitar dívidas com União e obter certidão para que recurso seja liberado

# Pendências deixam o Issa sem dinheiro

Marcos Vieira

Sem dinheiro em caixa, o Instituto de Seguridade Social de Anápolis (Issa) vive todos os meses o drama de ter que aguardar repasses da prefeitura para quitar pensões de servidores aposentados. Trabalhando sempre no limite, o instituto ainda não pagou o mês de maio e a primeira parcela de R\$ 432.701,31 – referente aos atrasos do ano passado – será depositada somente no final desse mês. A data foi estipulada pelo Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público (MP).

O Issa tem direito a recursos do Ministério da Previdência Social. O dinheiro poderia contribuir sensivelmente com as finanças do

instituto, mas essa verba nunca chegou a Anápolis porque falta à prefeitura o Certificado de Regularidade de Previdenciária (CRP). As pendências que impossibilitam a emissão do documento são todas de responsabilidade da administração municipal – pelo menos é isso que a presidente do Issa, Maria Cristina Pereira e Silva, tem afirmado à imprensa.

Um dos principais problemas do Issa foi herdado de outras administrações. De acordo com auditoria realizada pelo Ministério da Previdência Social, entre 1999 e 2002 a prefeitura deixou de repassar os 11% relativos aos descontos feitos nos salários dos servidores da ativa. A dívida hoje chega a R\$ 7,5 milhões. Existe a possibilidade de um parcelamento desse montante em 60 meses.

Há também uma pen-

dência mais recente, da gestão Pedro Sahium (sem partido). Trata-se justamente dos atrasos do ano passado – os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro deixaram de ser depositados pela prefeitura na conta do Issa. Segundo informações da administração municipal, faltaram somente os recursos da parte patronal (20% do total da folha).

Com o TAC e o parcelamento dessa dívida em 12 parcelas, a expectativa é que o CRP seja finalmente liberado. Pelo menos é essa a expectativa dos assessores de Sahium. Maria Cristina já disse seguidas vezes que o ideal seria que o Issa tivesse em caixa os valores referentes a uma folha. Dessa forma, o instituto não trabalharia somente no limite e os pagamentos poderiam ser feitos todo quinto dia útil

do mês.

De acordo com o TAC, a administração municipal deve R\$ 5.192.415,74 ao Issa, referentes à parte patronal (20% descontados da folha geral dos servidores da ativa) não repassada nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro do ano passado. Esse valor também engloba o 13º salário de alguns aposentados que fazem aniversário neste período.

Depois de assinado o acordo, o SindiAnápolis procurou o promotor Marcelo Henrique para ressaltar que não havia sido convidado para participar da negociação. De acordo com Regina de Faria, o sindicato sugeriu ao MP que intermediasse um pedido de reajuste mensal dessas parcelas. “São 12 parcelas. É preciso diminuir as perdas com um reajuste”, salientou.

## Sessão ‘emperrada’

A realização de uma simples sessão especial para debater o aumento das taxas municipais acabou se transformando em uma verdadeira via-crúcis na Câmara Municipal. Na última terça-feira, dia 12, a reunião foi cancelada – pela terceira vez – depois de confirmado que a secretária municipal da Fazenda, Maria Candinha Mina de Medeiros, não apareceria.

O requerimento para realização da sessão especial foi feito pela vereadora Miriam Garcia (PSDB). Segundo ela, a nova data foi marcada, mas a secretária acabou não recebendo o convite da Câmara Municipal. “A responsabilidade é da presidência”, justificou.

O presidente Gérson Santana (PSB) não pôde repassar informações sobre o caso. No meio da sessão ele deixou o plenário e quem assumiu seu posto foi o vice, José Caixeta (PP). De maneira completamente informal, Caixeta comunicou que havia recebido um telefonema de Maria Candinha. “Ela disse que esta em Goiânia, em uma audiência no Tribunal de Contas dos Municípios (TCM)”.

Sem representantes da prefeitura, a sessão especial não tinha sentido para acontecer. Mais uma vez os membros de entidades convidados para o

debate deixaram o plenário sem respostas para as suas reivindicações. Sem o presidente para dar explicações, a vereadora Miriam Garcia foi obrigada a justificar o ‘desencontro’ para a imprensa e seus convidados.

Na última vez que a sessão especial foi adiada, ainda no final de maio, Maria Candinha Mina de Medeiros enviou correspondência para a Câmara Municipal. A secretária pediu o adiamento da reunião porque a Contribuição de Iluminação Pública (CIP) já se encontra suspensa por liminar e a taxa de funcionamento e fiscalização estava ainda em negociação com as entidades de classe da cidade.

Não é a primeira vez que a secretária municipal da Fazenda deixa de atender um convite dos vereadores. Ela foi convidada para depor na Comissão Especial de Investigação (CEI) e, como não era obrigada por força da lei, recusou comparecer às sessões.

Maria Candinha esteve na Câmara Municipal em uma audiência sobre a Contribuição de Iluminação Pública (CIP). Na ocasião, apenas o diretor de Recuperação de Crédito da Secretaria da Fazenda, Sérgio Lima, falou sobre o assunto com os vereadores.

(Marcos Vieira)

**7 maravilhas da subway**

todo dia tem uma gostosura da humanidade.

por apenas **R\$ 4,95**

Tele-entrega **3099-6133**

**SUBWAY**

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
Peru	Teriaki	BMT	Frango	Peru e Presunto	Almôndega	Pizza Sub

Existem histórias que deixam marcas deliciosas em nossas vidas

**BREJEIRO**

Brejeiro: Essa marca é outra história

**ENCONTRO DE FÉ**

Todos os dias  
12:00 e 18:00h

Canal 14 da net

PR: WASHINGTON LUIZ  
TRAZENDO SEMPRE  
UMA PALAVRA E ORAÇÃO  
DE FÉ